



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000502-37.2024.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Obras, Manutenção e Serviços Gerais - COMSEG

ASSUNTO: Dispensa de Licitação Tradicional – Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos para montagem do ambiente destinado ao fechamento de cadastro no Fórum Eleitoral de Porto Velho

DESPACHO Nº 242 / 2024 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria de Obras, Manutenção e Serviços Gerais - COMSEG, visando a contratação de empresa especializada no FORNECIMENTO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, CADEIRAS, MESAS E CLIMATIZADORES DE AMBIENTES, para atender as necessidades do Fórum Eleitoral da Capital no fechamento de cadastro 2024 ([1120869](#)), a partir 29/02/2024.

A contratação pretendida justifica-se na necessidade de assegurar ambiente seguro e de qualidade para atendimento aos eleitores, a fim de proporcionar comodidade e celeridade em contrapartida ao grande fluxo de eleitores no período.

Para instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos:

- a) documento de formalização da demanda ([1122463](#));
- b) termo de referência ([1122965](#));
- c) cotação de preços ([1122892](#)) ([1122900](#)) ([1122902](#)) ([1122903](#));
- d) proposta da empresa B. R. Arruda Estrutura e Eventos Eirelli - ME, CNPJ n. 21.070.277/0001-60 ([1122900](#)), ofertante do menor preço de R\$ 57.202,00 (cinquenta e sete mil duzentos e dois reais), a qual comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração ([1122916](#));
- e) informação conclusiva do valor estimado da contratação direta - ICVEC ([1122926](#)).

ITEM DESCRIÇÃO

QTDE

QTDE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		OBJETO	DIÁRIA
		(A)	(B)
1	Locação de tendas tamanho 10 metros x 10 metros, incluindo montagem e desmontagem.	1	70
2	Locação de tendas tamanho 10 metros x 10 metros, incluindo montagem e desmontagem	3	40
3	Locação de Cadeiras em PVC	300	40
4	Locação de Mesas em PVC	20	40
5	Locação de Banheiros Químicos	4	70
6	Locação de climatizadores de ambiente – tamanho grande, incluindo montagem e desmontagem	6	40

PREÇO TOTAL

O Secretário da SAOFC, mediante os Despachos n. 315/2024 ([1122506](#)) e n. 385/2024 ([1126174](#)), autorizou a adoção de dispensa tradicional para a presente contratação, com remessa do feito à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação; à COFC, para programação orçamentária; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico.

A SAC, após análise formal, concluiu pela regularidade dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, os quais encontram-se em consonância com as normas gerais estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021 ([1126285](#)).

A SPOF, em atendimento ao Despacho n. 321/2024 ([1126235](#)), formalizou a programação orçamentária, registrando que a despesa pretendida está adequada e compatível à LOA, PPA e LDO ([1126262](#)).

A Assessoria Jurídica da SAOFC, mediante o Parecer Jurídico n. 27/2024 - AJSAOFC ([1127150](#)), opinou pela adequação legal dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação tradicional, do objeto especificado no TR, diretamente com a empresa vencedora da cotação de preços, a qual também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação e dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação; regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([1122926](#)); contratação direta da empresa por dispensa de licitação, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei. n. 14.133/2021; e publicação do ato de dispensa no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, bem como a divulgação do ato autorizativo e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, com a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ([1127569](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral.

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

No caso em tela, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas, a saber: a) documento de formalização da demanda ([1122463](#)); b) termo de referência ([1122965](#)); e c) informação conclusiva do valor estimado da contratação direta ([1122926](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal dos documentos.

O caso em apreço não busca a realização de um certame de maior complexidade. Com efeito, trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor. Para hipóteses como essa, a referida Lei assim dispõe:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;"

Em análise, denota-se que a unidade demandante utilizou a via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021). Isso



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

A versão final da ICVEC foi juntada ao processo no evento n. [1122926](#) e demonstra que a cotação de preços ([1122892](#)) ([1122900](#)) ([1122902](#)) ([1122903](#)), foi expedida a três empresas do ramo pertinente ao objeto, sagrando-se vencedora a empresa B. R. Arruda Estrutura e Eventos Eirelli, pelo valor de R\$ 57.202,00 (cinquenta e sete mil duzentos e dois reais). As certidões de regularidade foram juntadas ao processo ([1122916](#)).

Por tal motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor), a referida contratação pode ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos), na forma do Decreto n. 11.317/2022.

No tocante ao fracionamento de despesa, verifica-se pelo quadro juntado no evento n. ([1124152](#)), no bojo do PSEI 0000533-91.2023.6.22.8000, não haver indicação de qualquer outra aquisição no exercício corrente de fornecimento de equipamentos para montagem do ambiente destinado ao fechamento de cadastro no Fórum Eleitoral de Porto Velho.

Com relação ao termo de referência, verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade, consoante o item 27 do Parecer Jurídico n. 27/2024 ([1127150](#)). Registra-se que no item 8.1.2 do TR a COMSEG informou que haverá a substituição do contrato pela nota de empenho.

Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) aprovo o Documento de Formalização de Demanda (DFD) ([1122463](#)) e o Termo de Referência n. 1/2024 - COMSEG ([1122965](#)), bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento, uma vez que possuem os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento n. [1122926](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

c) autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação tradicional, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021;

d) adjudico o objeto à empresa B. R. Arruda Estrutura e Eventos Eirelli, inscrita no CNPJ sob o n. 21.070.277/0001-60, e autorizo a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 57.202,00 (cinquenta e sete mil duzentos e dois reais) em seu favor; e

e) determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade, com verificação prévia da inscrição da empresa que se pretende contratar no cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, em atenção ao disposto no item 29 do Parecer Jurídico n. 27/2024 - AJSAOFC ([1127150](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 01/03/2024, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1128594** e o código CRC **856C19CC**.